

CARGO 2: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL: 2021
TURNO: TARDE

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100

sac@cebraspe.org.br

www.cebraspe.org.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Nenhuma figura é tão fascinante quanto o Falso Entendido. É o cara que não sabe nada de nada, mas sabe o jargão. E passa por autoridade no assunto. Um refinamento ainda maior da espécie é o tipo que não sabe o jargão, mas inventa.

— Ó, Matias, você que entende de mercado de capitais...

— Nem tanto, nem tanto...

— Você, no momento, aconselharia que tipo de aplicação?

— Bom. Depende do *yield* pretendido, do *throwback* e do ciclo refratário. Na faixa de papéis *top market* — ou o que nós chamamos de topimarque —, o *throwback* recai sobre o repasse, e não sobre o *release*, entende?

— Francamente, não.

Aí o Falso Entendido sorri com tristeza e abre os braços como quem diz “É difícil conversar com leigos...”.

Uma variação do Falso Entendido é o sujeito que sempre parece saber mais do que ele pode dizer. A conversa é sobre política, os boatos cruzam os ares, mas ele mantém um discreto silêncio. Até que alguém pede a sua opinião, e ele pensa muito antes de decidir responder:

— Há muito mais coisa por trás disso do que você pensa...

Ou então, e esta é mortal:

— Não é tão simples assim...

Faz-se aquele silêncio que precede as grandes revelações, mas o falso informado não diz nada. Fica subentendido que ele está protegendo as suas fontes em Brasília.

E há o falso que interpreta. Para ele, tudo o que acontece deve ser posto na perspectiva de vastas transformações históricas que só ele está sacando.

— O avanço do socialismo na Europa ocorre em proporção direta ao declínio no uso de gordura animal nos países do Mercado Comum Europeu. Só não vê quem não quer.

E, se alguém quer mais detalhes sobre a sua insólita teoria, ele vê a pergunta como manifestação de uma hostilidade bastante significativa a interpretações não ortodoxas, e passa a interpretar os motivos de quem o questiona, invocando a Igreja medieval, os grandes hereges da história, os mistérios por trás da Reforma de Lutero.

Luís Fernando Veríssimo. O jargão. In: As mentiras que os homens contam. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 69-71 (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens que se seguem.

- 1 O texto apresenta o personagem Matias como um exímio conhecedor de economia e finanças.
- 2 Depreende-se do texto que a fala “Nem tanto, nem tanto...” (terceiro parágrafo) demonstra falsa modéstia do personagem Matias.
- 3 Apesar da presença de diálogo, característica da narração, no texto predomina o tipo dissertativo, haja vista a exposição de fatos e o posicionamento do autor contra o jargão técnico.
- 4 No início do último parágrafo, a palavra “insólita” tem o mesmo sentido de **firme, inabalável**.
- 5 A substituição de “invocando” (último parágrafo) por **que invoca** alteraria os sentidos originais do texto, embora mantivesse sua correção gramatical.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Determinada autoridade administrativa vinculada a uma autarquia estadual pretende celebrar contrato administrativo e, para tanto, planeja lançar edital de licitação na modalidade concorrência, em 1.º de janeiro de 2022, mas está em dúvida sobre qual legislação aplicar — Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 14.133/2021.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 6 A administração poderá optar por licitar com base em quaisquer das legislações mencionadas, podendo até mesmo combinar a aplicação daquelas duas leis.
- 7 Caso a administração faça a licitação seguindo as disposições da Lei n.º 8.666/1993, o respectivo contrato será regido, durante toda a sua vigência, pelas regras nela previstas, independentemente do prazo fixado.
- 8 A autarquia, mesmo estadual, é entidade da administração pública indireta que possui personalidade jurídica de direito público e que, portanto, celebra contrato administrativo.

João, servidor público estável da SEFAZ, por negligência deixou de realizar cobrança de ICMS de determinada empresa. Messias, chefe de João, tendo tomado conhecimento do fato, resolveu instaurar processo administrativo, ao final do qual foi aplicada pena de suspensão a João. Inconformado com a punição, João interpôs recurso administrativo, visando reverter a decisão. Após análise do recurso, a instância superior decidiu revogar a punição, por motivo de ilegalidade.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 9 Foi acertada a decisão revogadora da punição, porquanto a revogação de ato administrativo ocorre quando a administração pública suprime ato produzido em desconformidade com a lei.
- 10 Messias, ao punir João, valeu-se do poder de polícia administrativo; João, por sua vez, valeu-se do poder hierárquico ao recorrer da decisão que lhe aplicou a sanção.
- 11 Segundo a Lei n.º 9.784/1999, o recurso de João deve ser direcionado à autoridade hierarquicamente superior a Messias.
- 12 O ato omissivo de João de deixar de realizar cobrança de imposto constitui improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

Manoel, chefe de determinada repartição pública, presenciou Caio, servidor público subordinado a ele, desviando dinheiro público. Ciente do fato, Manoel aplicou, de forma imediata, pena de demissão a Caio. Entretanto, este contestou a sanção, alegando que, como era servidor estável, apenas poderia perder o cargo mediante decisão judicial transitada em julgado. Alegou, ainda, que o ato administrativo que aplicou a pena possui vício de motivo e, portanto, deveria ser anulado.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 13 Manoel não agiu corretamente, porquanto, mesmo tendo conhecimento do fato, não poderia ter punido Caio de forma sumária, sem lhe oportunizar o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 14 Ao contrário do que foi alegado por Caio, servidor estável pode perder seu cargo público mediante processo administrativo.
- 15 A alegação de Caio está correta quanto à anulação do ato, porquanto o vício de motivo está relacionado à inobservância nas formalidades essenciais à existência do ato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Acerca das decisões do Supremo Tribunal Federal com efeitos vinculantes e temas correlatos, julgue os itens a seguir.

- 16 É incabível reclamação constitucional que, sob a alegação de desrespeito a súmula vinculante, vise impugnar ato judicial transitado em julgado.
- 17 Nas hipóteses de declaração de inconstitucionalidade em controle difuso de modelos legais idênticos, o efeito vinculante deve limitar-se à parte dispositiva da decisão, sendo irrelevantes os seus próprios efeitos determinantes.
- 18 O efeito vinculante e a eficácia contra todos submetem os órgãos do Poder Legislativo, que, a partir da publicação do acórdão, ficam impedidos de editar novas produções legislativas de matérias retratadas na lei anteriormente declarada inconstitucional.

Considerando temas relacionados às funções essenciais à justiça, especialmente quanto à advocacia e à defensoria pública, julgue os itens a seguir, tendo como referência o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- 19 O efetivo exercício do cargo de analista tributário da Receita Federal condiz com atividade advocatícia, podendo, inclusive, ser contado como tempo de prática jurídica.
- 20 A falta de notificação pessoal do réu acerca da renúncia dos únicos advogados que exerciam sua defesa técnica, ausente a nomeação de defensor dativo, gera nulidade dos atos processuais, por representar cerceamento do direito de defesa.
- 21 A omissão estatal que inviabilize a pessoas carentes o direito fundamental à defensoria pública enseja intervenção jurisdicional que vise implementar programa constitucional destinado a conferir acesso gratuito aos desassistidos.
- 22 É constitucional norma estadual que atribua à defensoria pública do estado a competência de defender servidores públicos civis estaduais processados administrativa, civil ou criminalmente.

Considerando as disposições legais acerca do Poder Judiciário, além do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- 23 As turmas recursais dos juizados especiais federais possuem natureza de órgãos autárquicos do Poder Judiciário e suas decisões se submetem, em último grau de jurisdição, ao controle dos respectivos tribunais federais.
- 24 O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal, por serem órgãos exclusivamente administrativos do Poder Judiciário, não possuem competência jurisdicional.
- 25 Para a promoção de juiz federal, pelo critério de merecimento, para o respectivo tribunal regional federal, é constitucional a vinculação da escolha presidencial ao nome que figure em lista tríplice por três vezes consecutivas ou cinco alternadas.

DIREITO EMPRESARIAL

Considerando as disposições da Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens a seguir, a respeito de sociedade anônima.

- 26 Na ausência de reforma estatutária que autorize o aumento do capital social, a responsabilidade de cada sócio permanecerá adstrita à expressão monetária referente ao valor total das ações da sociedade fixado pelo estatuto originário.
- 27 A sociedade pode participar de outras sociedades com a finalidade precípua de beneficiar-se de incentivos fiscais.
- 28 Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é consumerista a relação negocial entre os acionistas investidores e a sociedade de capital aberto com ações à venda no mercado de valores imobiliários.

Com relação ao estatuto nacional da microempresa (ME) e da empresa de pequeno porte (EPP), julgue os itens seguintes.

- 29 A ME ou a EPP que tenha sócios domiciliados no exterior não pode fazer uso do Simples Nacional.
- 30 A ausência das abreviações ME e EPP no nome empresarial das microempresas e das empresas de pequeno porte, respectivamente, impede o usufruto do tratamento favorecido e diferenciado instituído pela legislação.

DIREITO CIVIL

A respeito da aplicação das leis, das pessoas jurídicas e dos bens, julgue os itens a seguir.

- 31 No que tange à aplicação das leis estrangeiras, o Brasil adotou a teoria da territorialidade dita moderada ou temperada.
- 32 A confusão patrimonial, que constitui abuso da personalidade jurídica, restará configurada caso a sociedade cumpra de forma repetitiva obrigação do sócio.
- 33 Embora o Código Civil diferencie bem acessório de pertenças, ambos seguem a regra da gravitação jurídica.

A respeito da responsabilidade civil, do adimplemento das obrigações pelo pagamento, do negócio jurídico e dos contratos cíveis, julgue os itens que se seguem.

- 34 Caso duas pessoas sejam ao mesmo tempo credora e devedora uma da outra, de dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, o fato de uma das dívidas decorrer do comodato obsta a compensação.
- 35 À exceção da forma, o contrato preliminar se submete a todos os requisitos essenciais do contrato a ser pactuado pelas partes em momento ulterior.

DIREITO PENAL

Considerando a legislação penal, julgue os itens a seguir.

- 36 A conduta do comerciante de dolosamente alterar parte das informações dos livros mercantis da sua empresa configura o crime de falsificação de documento particular.
- 37 A conduta de funcionário público de deixar de responsabilizar seu subordinado ao tomar conhecimento de que este praticou crime funcional é atípica e caracteriza infração administrativa.
- 38 O gestor público que autoriza, nos últimos dias anteriores ao final do seu mandato, ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal comete crime contra as finanças públicas punido com reclusão.
- 39 O sujeito passivo da obrigação tributária que utiliza programa de processamento de dados que lhe permite possuir informação contábil diversa da fornecida à fazenda pública pratica crime contra a ordem tributária punido com detenção e multa.
- 40 A conduta do particular de solicitar vantagem de contribuinte auçado pela fiscalização, a pretexto ilusório de influir em ato praticado por auditor fiscal, configura corrupção ativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Considerando as disposições do Código Tributário Nacional (CTN), julgue os seguintes itens.

- 41 A previsão para que uma pessoa de direito privado exerça o encargo de arrecadar determinado tributo não caracteriza delegação de competência.
- 42 Tanto a competência tributária quanto a capacidade tributária ativa são indelegáveis.
- 43 Um tratado internacional pode prever que a fazenda nacional troque informações com estados estrangeiros, no interesse da arrecadação de tributos.
- 44 A definição legal do fato gerador deve ser interpretada com base nos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- 45 Como regra, considera-se como domicílio tributário do contribuinte o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação tributária.

Julgue os itens a seguir, a respeito das diversas espécies de tributos.

- 46 A contribuição de melhoria deve ser instituída para cada obra, demandando-se lei específica para a sua instituição.
- 47 A União pode instituir empréstimos compulsórios, desde que mediante lei complementar.
- 48 As taxas, por não possuírem cunho sinalagmático, podem ser instituídas com a finalidade específica de cumprimento de funções extrafiscais.
- 49 No caso específico dos impostos, a União só pode fixar ou alterar as respectivas alíquotas de tributação por meio de lei em sentido estrito.

Considerando os princípios do direito tributário, a Constituição Federal de 1988 (CF) e o CTN, julgue os itens a seguir.

- 50 Uma das diferenças entre a moratória e a anistia é que a moratória apenas suspende a exigibilidade do crédito tributário, ao passo que a anistia exclui o referido crédito.
- 51 A CF adotou sem mitigações o princípio da uniformidade geográfica, uma vez que estabelece que a concessão de qualquer incentivo fiscal deve ser uniforme em todo o território nacional.
- 52 De acordo com o CTN, é possível que o cônjuge meeiro responda pessoalmente pelos tributos devidos pelo cônjuge falecido mesmo após a data do óbito.
- 53 A principal distinção entre *bis in idem* e bitributação é que, no caso da bitributação, a dupla tributação é estabelecida por um mesmo ente político, ao passo que, no caso do *bis in idem*, ela é estabelecida por entes federativos diferentes.

Com relação à administração tributária, julgue os itens seguintes, à luz do Código Tributário Nacional.

- 54 Quando intimados por escrito, tanto os leiloeiros quanto os corretores são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação a bens, negócios ou atividades de terceiros, excetuadas aquelas protegidas por sigilo legal.
- 55 Entre as informações submetidas a sigilo fiscal se incluem as representações fiscais para fins penais.

Acerca do imposto territorial rural (ITR) e do imposto sobre operações de crédito (IOF), julgue os itens a seguir.

- 56 O ITR pode ser instituído pelos municípios, desde que assim seja autorizado pela União.
- 57 Toda a arrecadação do IOF feita pela União sobre o ouro como ativo financeiro deve ser destinada aos estados e municípios de origem.

Acerca dos impostos atribuídos aos estados e ao Distrito Federal, julgue os itens que se seguem.

- 58 Caso uma pessoa domiciliada em Maceió, no estado de Alagoas, faça uma doação de créditos a um filho domiciliado em Recife, no estado de Pernambuco, incidirá sobre essa operação o imposto de transmissão *causa mortis* e doações (ITCMD), que deverá ser cobrado pelo estado de Alagoas.
- 59 Caso uma empresa venda determinada mercadoria com isenção de ICMS, não havendo dispositivo específico em sentido contrário, tal isenção provocará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- 60 Caso uma empresa comercial obtenha uma remissão com base em lei da unidade federada de origem da mercadoria, ela obterá, por conseguinte, o afastamento de determinadas sanções e a restituição do tributo pago, conforme previsto na Lei Complementar federal n.º 160/2017.

Acerca dos impostos atribuídos aos municípios, julgue os próximos itens.

- 61 O ISSQN incide sobre serviços de transporte intermunicipal e municipal.
- 62 Se uma empresa do ramo de supermercados incorporar outra do mesmo ramo e ambas estiverem localizadas no mesmo município, o imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI) não incidirá na operação, em razão da localização das empresas.
- 63 O ISSQN somente pode ser instituído por municípios e pelo Distrito Federal, e seus fatos geradores independem de os serviços serem as atividades preponderantes do prestador.

Com base na legislação complementar aplicável às micro e pequenas empresas, julgue os itens subsequentes.

- 64 O critério para o enquadramento de uma empresa como micro ou pequena é o valor de sua receita bruta, que é entendida como o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídos as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos sobre o faturamento.
- 65 Considere que uma empresa tenha iniciado suas atividades em julho de determinado ano e, em seu primeiro exercício financeiro, tenha alcançado um valor de receita exatamente igual ao limite para se enquadrar como microempresa. Nesse caso, para efeitos de tributação, a empresa será enquadrada como pequena empresa.

CONTABILIDADE GERAL

Considerando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade, emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e os procedimentos aplicáveis à técnica de escrituração contábil, julgue os itens seguintes.

- 66 Os recursos econômicos de uma entidade são itens que devem compor o seu ativo, enquanto as reivindicações contra a entidade são itens que devem fazer parte do seu passivo ou do seu patrimônio líquido.
- 67 Quando a apresentação e a classificação dos itens que compõem as demonstrações contábeis são mantidas de um período para outro, a consistência de apresentação está presente nas referidas demonstrações.
- 68 Os gastos destinados à manutenção periódica de um item que compõe o ativo imobilizado devem ser reconhecidos a débito do título contábil que representa o referido item no balanço patrimonial.
- 69 Quando o valor em uso de um ativo sujeito a redução ao seu valor recuperável supera o seu valor contábil, pode-se concluir que esse ativo não está desvalorizado, sem que seja necessário estimar o valor justo líquido de despesas de venda desse ativo.

Uma empresa adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda e comprometeu-se a pagar ao fornecedor dessas mercadorias a quantia de R\$ 50.000,00, em parcela única, com vencimento em cinco anos. Se a referida compra tivesse sido efetuada à vista, a empresa comercial teria que desembolsar R\$ 31.046,06 pelas mercadorias adquiridas. O valor do ICMS embutido no preço das referidas mercadorias foi de R\$ 9.000,00. A adquirente não teve que arcar com qualquer gasto adicional para ter as mercadorias em suas dependências, em condições de revenda.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 70 O reconhecimento inicial da dívida com o fornecedor deve ser feito pela adquirente em conta do passivo exigível a longo prazo, que receberá um crédito no valor de R\$ 50.000,00.
- 71 As mercadorias adquiridas devem ser registradas na conta de estoques pelo valor de R\$ 31.046,06.
- 72 O ICMS incidente sobre o valor das mercadorias adquiridas, no valor de R\$ 9.000,00, deve ser reconhecido pela adquirente como uma despesa.

Com relação às alterações promovidas na legislação societária pela Lei n.º 11.638/2007 e pela Lei n.º 11.941/2009, julgue os itens a seguir.

- 73 Foram criados, como elemento do patrimônio líquido, os ajustes de avaliação patrimonial, que se destinam a registrar as alterações verificadas nos valores de ativos e passivos em decorrência da avaliação desses itens patrimoniais a valor justo, devendo eventuais ganhos ou perdas patrimoniais ser transferidos do patrimônio líquido para o resultado tão logo as condições para tal reconhecimento se façam presentes, em conformidade com o regime de competência.
- 74 Com a alteração do conceito de sociedades coligadas, especificamente em relação a essas sociedades, a influência significativa do investidor sobre a investida passou a ser um critério determinante para o investimento ser avaliado pela investidora de acordo com o método da equivalência patrimonial.
- 75 O grupamento de contas denominado ativo intangível, criado a partir de alteração na lei, tem por função registrar os direitos cujo objeto sejam bens incorpóreos voltados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com tal finalidade, direitos esses que eram anteriormente registrados no ativo investimentos, juntamente com outros bens corpóreos de mesma finalidade.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao controle e à gestão de custos em uma empresa industrial.

- 76 A elevação do nível de atividade da fábrica, com o conseqüente aumento do volume de produção, provoca o aumento do custo variável unitário dos produtos, mas não implica alterações no valor do custo fixo calculado de forma unitária.
- 77 Nas situações em que o volume de produção se apresenta maior que o volume de vendas, o lucro líquido apurado com base no custeio por absorção costuma ser menor do que o lucro líquido apurado com base no custeio variável.
- 78 Uma das vantagens de promover a separação dos operários da fábrica em equipes, de modo que cada equipe venha a dedicar seu tempo exclusivamente à produção de um único produto, é poder tratar os salários dos referidos operários como custos diretos de produção, evitando-se a utilização de critérios de rateio subjetivos e arbitrários para a alocação dos referidos custos aos diversos produtos fabricados pela empresa.
- 79 As empresas industriais que mudam de estratégia, saindo de um processo de produção contínua para um sistema de produção que funciona à base das demandas específicas de cada cliente, passam a utilizar o sistema de custeio por ordem de produção, que tem como uma de suas características a utilização de taxas predeterminadas para a alocação dos custos indiretos às ordens de produção.
- 80 Se separar os custos de materiais diretos em preço e quantidade para fins de cálculo da variação observada entre o custo real e o custo padrão, a empresa industrial será capaz de apurar quanto da responsabilidade pelas variações observadas seria devida à área de compras e quanto caberia à área de produção.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com relação a conceitos e técnicas da gestão e modelagem por processos, julgue os itens que se seguem.

- 81 A análise de um processo de negócio demanda conhecimento sobre o ambiente de negócio (contexto organizacional, marco regulatório e concorrência, por exemplo) e sobre como ocorre o processo de negócio na prática.
- 82 Desenhar o processo de negócio é um pré-requisito necessário para se realizar a análise do processo.
- 83 O desenho de um processo no modelo TO-BE visa eliminar aquilo que não agregue valor ao processo e deve ser feito com base em requisitos identificados no modelo AS-IS do processo.
- 84 O gerenciamento de processos de negócio é uma metodologia de trabalho que contém um conjunto de ferramentas para melhoria dos processos.
- 85 O que diferencia o gerenciamento de processos de negócio do gerenciamento funcional tradicional é o gerenciamento ponta a ponta de processos e a orquestração de atividades ao longo das funções de negócio.

Acerca da análise de dados, julgue os itens a seguir.

- 86 Em um banco de dados relacional, uma chave externa fornece uma relação entre duas tabelas, ou seja, ela é a chave principal de uma tabela e, portanto, aparece como atributo em outra tabela.
- 87 Um armazém de dados contém um subconjunto de informações obtidas de um repositório de dados, para atender às necessidades de uma unidade de negócios em uma empresa.
- 88 De acordo com os princípios de dados abertos, um dado disponível deve ser reutilizado, independentemente de estar disponível em formato aberto ou legível por máquina.
- 89 A publicação e a catalogação de dados abertos demandam o uso de uma infraestrutura de *software* conhecida como ODP (*open data platform*), ou plataforma de dados abertos, que contém componentes e interfaces.
- 90 O Microsoft PowerBI é uma ferramenta de inteligência de negócios *self-service* que, para uso em grupo, colaborativo e ilimitado, demanda uma capacidade dedicada e *workspaces*.

Quanto à segurança da informação, julgue os itens subsecutivos.

- 91 O uso de senhas ou a adoção de identificação física, como biometrias, são formas de autenticação para fins de identificação única e exclusiva de usuários.
- 92 A criptografia assimétrica utiliza duas chaves, uma pública e outra privada, para cifrar e decifrar mensagens.
- 93 O certificado digital é um código anexado a uma mensagem enviada eletronicamente e é utilizado para verificar a origem e o conteúdo da mensagem.
- 94 Para se associar uma mensagem a seu remente, utiliza-se uma assinatura digital, a qual é um arquivo que contém os dados que determinam a identidade de usuários ou de máquinas (servidores).
- 95 A autoridade certificadora é uma entidade responsável por validar a identidade de um usuário em uma infraestrutura de chaves públicas ICP.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Considere as proposições lógicas P e Q, a seguir, a respeito de um condômino chamado Marcos.

- P: “Se Marcos figura no quadro de associados e está com os pagamentos em dia, então ele tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio.”
- Q: “Marcos não figura no quadro de associados, mas ele está com os pagamentos em dia.”

Tendo como referência essas proposições, julgue os itens a seguir.

- 96 A proposição Q é uma negação da proposição “Se Marcos está com os pagamentos em dia, então ele figura no quadro de associados.”.
- 97 Considerando-se verdadeira a proposição P, é correto concluir que, se Marcos não tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio, então, necessariamente, ele não figura no quadro de associados nem está com os pagamentos em dia.
- 98 Mesmo que sejam verdadeiras as proposições P e Q, não se pode afirmar que Marcos não tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio.
- 99 A proposição P é equivalente à proposição “Se Marcos não figura no quadro de associados ou não está com os pagamentos em dia, então ele não tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio.”.
- 100 A proposição P é equivalente à proposição “Se Marcos tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio, então ele figura no quadro de associados e está com os pagamentos em dia.”.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Considerando as disposições do Código Tributário do Estado de Alagoas, julgue os seguintes itens, a respeito do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD).

- 101 Legados de peças e de obras de arte a museus e instituições de fins culturais situados no estado de Alagoas são isentos do imposto.
- 102 Na sucessão por motivo de falecimento, a desistência de quinhão não implica imposição da obrigação tributária aos beneficiários.
- 103 O doador é solidariamente responsável pelo imposto devido pelo donatário inadimplente.

Considerando o disposto na Lei n.º 5.900/1996 e na Lei n.º 6.555/2004 do estado de Alagoas, julgue os itens que se seguem, a respeito do ICMS e do IPVA.

- 104 No caso de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação destinada a integrar o ativo permanente de pessoa jurídica domiciliada em Alagoas, o fato gerador do ICMS ocorre no momento da saída da mercadoria do estabelecimento de origem.
- 105 No caso do ICMS cobrado sobre o fornecimento de refeições em bares, não é cabível a dedução do ICMS recolhido por substituição tributária das mercadorias adquiridas e utilizadas no preparo das refeições.
- 106 O valor dos descontos concedidos sob condição íntegra a base de cálculo do ICMS.
- 107 Em se tratando de veículo de propriedade de empresa de arrendamento mercantil, como regra, o IPVA será devido no local do domicílio ou da residência do arrendatário.
- 108 São isentos de IPVA os veículos automotores fabricados para uso exclusivo na atividade agrícola.
- 109 No caso de não recolhimento do IPVA no vencimento, a denúncia espontânea pelo contribuinte exclui a multa por infração relativa à obrigação tributária e os acréscimos moratórios, mas os juros continuam sendo devidos.

Considerando a legislação do estado de Alagoas, julgue os itens a seguir.

- 110 No processo administrativo tributário, caso a petição seja considerada inepta, ela será arquivada, não sendo cabível impugnação dessa decisão; nesse caso, faculta-se ao contribuinte a possibilidade de reapresentar a petição para a supressão do vício.
- 111 Os processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração podem seguir o procedimento ordinário ou o procedimento especial, sendo a diferença entre os procedimentos estabelecida com base no valor do crédito tributário exigido.
- 112 No caso de processo administrativo tributário decorrente de auto de infração submetido ao procedimento especial, o recurso cabível contra as decisões contrárias ao sujeito passivo é o pedido de revisão, o qual deve ser dirigido ao titular da coordenadoria de julgamento.
- 113 Não haverá incidência do ICMS sobre a entrada interestadual de mercadorias destinadas a contribuinte do imposto no estado de Alagoas se o bem for integralmente destinado ao consumo no estabelecimento desse contribuinte.
- 114 No caso de operação de venda de combustível líquido originado em Alagoas e destinado a outra unidade da Federação, quando sua destinação for a de uso na industrialização, o recolhimento do ICMS será feito no estado de origem.
- 115 No procedimento administrativo tributário, a consulta eficaz suspende o prazo de recolhimento dos tributos não vencidos à data em que for apresentada, mas não suspende o prazo para recolhimento do tributo retido pelo substituto tributário.

De acordo com a Lei estadual n.º 6.558/2004, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP) tem como fonte de recursos

- 116 parcela da arrecadação do ICMS sobre a venda de ouro como ativo financeiro.
- 117 parcela da arrecadação do ICMS sobre a venda de joias.
- 118 parcela da arrecadação do ICMS sobre a venda de combustíveis derivados do petróleo.
- 119 parcela da arrecadação do ICMS sobre a venda de cigarros.

A Lei estadual n.º 6.474/2004 prevê que será exigido o pagamento antecipado do ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, quando da entrada interestadual de mercadorias no estado de Alagoas. Com relação a essa exigência, julgue os itens que se seguem.

- 120 Essa exigência aplica-se a contribuintes do ICMS, não se impondo, portanto, às entradas destinadas aos consumidores finais das mercadorias.
- 121 Essa exigência aplica-se mesmo quando a entrada for considerada simbólica.
- 122 No caso da entrada interestadual de mercadorias no estado de Alagoas, o valor do imposto a ser antecipado será calculado aplicando-se sobre o valor da operação constante da respectiva nota fiscal de aquisição o percentual referente à diferença entre a alíquota do ICMS concernente às operações internas no estado de Alagoas e a alíquota do ICMS relativa às operações interestaduais de aquisição.
- 123 Tal exigência de pagamento antecipado importa recolhimento por ocasião da passagem da mercadoria pela primeira repartição fazendária de entrada no estado de Alagoas.

Um contribuinte de ICMS no estado de Alagoas vendeu uma mercadoria a um consumidor final domiciliado e localizado no estado de Sergipe e vendeu, também, o mesmo tipo de mercadoria a consumidor domiciliado e localizado no próprio estado de Alagoas. Ambos os consumidores finais não são contribuintes do ICMS.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, à luz da Lei n.º 7.734/2015.

- 124 No que se refere à venda ao consumidor do estado de Sergipe, será adotada a alíquota interna a incidir na operação.
- 125 No caso da venda ao consumidor do estado de Sergipe, caberá à unidade federada de destino o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna da unidade federada destinatária e a alíquota interestadual.
- 126 No que se refere à venda ao consumidor do estado de Alagoas, a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual é do remetente da mercadoria.
- 127 No caso da venda ao consumidor do estado de Alagoas, não havendo recolhimento prévio do imposto, o ICMS será cobrado do remetente da mercadoria.

De acordo com a Lei n.º 8.085/2018, que criou o Programa Contribuinte Arretado, julgue os itens subsecutivos.

- 128 O principal objetivo do referido programa é ofertar benefícios aos contribuintes que sempre se mantiverem adimplentes com suas obrigações tributárias.
- 129 O referido programa prevê autorização para que seja efetuada a restituição do ICMS com procedimentos simplificados.
- 130 Entre as premissas desse programa se inclui a diminuição do tempo gasto pelos contribuintes no cumprimento das obrigações tributárias.

AUDITORIA FISCAL

As tabelas a seguir apresentam as informações do extrato bancário e os dados de emissão de notas fiscais de uma empresa comercial, referentes ao mês de janeiro de 2021.

extrato bancário			
data	histórico	valor (em reais)	D/C
1.º/1/2021	saldo anterior	2.850	C
11/1/2021	transferência eletrônica	600	D
11/1/2021	depósito bancário	1.800	C
12/1/2021	transferência eletrônica	800	C
12/1/2021	transferência eletrônica	300	C
13/1/2021	transferência eletrônica	200	D
13/1/2021	conta de energia elétrica	450	D
13/1/2021	conta de telefonia e Internet	150	D
14/1/2021	depósito bancário	3.680	C
14/1/2021	folha de pagamento	2.580	D
14/1/2021	depósito bancário	1.200	C
15/1/2021	depósito bancário	1.300	C
15/1/2021	transferência eletrônica	850	D

data de emissão	número da nota fiscal	operação	valor da nota fiscal (em reais)
7/1/2021	023	venda de mercadorias	1.800
7/1/2021	024	venda de mercadorias	1.300
8/1/2021	025	venda de mercadorias	1.200
9/1/2021	026	venda de mercadorias	300
10/1/2021	027	venda de mercadorias	800
10/1/2021	028	venda de mercadorias	3.680
10/1/2021	029	venda de mercadorias	2.150
10/1/2021	030	venda de mercadorias	980

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, acerca da auditoria do ativo circulante e dos testes substantivos aplicáveis.

- 131 Ao final do dia 14/1/2021, o saldo devedor da conta banco, registrado no livro-razão, era de R\$ 6.650.
- 132 Se a empresa tivesse recebido todos os valores correspondentes às notas fiscais por meio do banco ou do caixa, o total de recebimentos, até o dia 15/1/2021, corresponderia a R\$ 12.210.
- 133 Considere que o saldo em caixa, no dia 14/1/2021, correspondesse a R\$ 10.000 e que, nesse dia, tenha ocorrido um pagamento em dinheiro de conta de telefonia, no valor de R\$ 750. Nesse caso, o saldo disponível ao final do dia 15/1/2021 seria devedor de R\$ 17.100.

- 134 Considere que tenha sido encontrado um boleto de fornecedores, pago em dinheiro no dia 10/1/2021, no valor de R\$ 5.000, mas que não tenha ocorrido o seu registro contábil. Nesse caso, o saldo final do disponível, após conciliação, do mês de janeiro sofreria redução em seu saldo devedor de R\$ 5.000, em relação ao saldo anteriormente apresentado pela contabilidade.
- 135 Considere que, durante a avaliação do livro-razão da conta banco da empresa, tenha sido verificado o registro de três movimentações a crédito que não estavam no extrato bancário, correspondentes a R\$ 560, R\$ 630 e R\$ 700; considere, ainda, que, ao cotejar os documentos originais, tenha sido constatado que se tratava de despesas operacionais pagas em dinheiro. Nesse caso, ocorreu subestimação do saldo bancário, de R\$ 1.890, em relação ao saldo do livro-razão.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das normas brasileiras de contabilidade de auditoria.

- 136 Ao identificar distorção em amostra de dados de determinado grupo patrimonial, o auditor, para classificar essa distorção como anomalia, deverá obter alto nível de certeza de que o conjunto de dados não é representativo para a população avaliada.
- 137 O auditor determina a distorção tolerável da amostra de auditoria em cada grupo patrimonial; assim, a distorção tolerável de um grupo patrimonial poderá ter valor maior do que o da materialidade na execução da auditoria avaliada como um todo.
- 138 Para testes de controles, é necessária projeção explícita dos desvios de amostra, porque a taxa projetada para a amostra é distinta daquela estabelecida para a população como um todo.
- 139 A inspeção de ativos tangíveis fornece, necessariamente, evidência de auditoria confiável quanto à sua existência e quanto aos direitos e às obrigações da entidade ou à avaliação dos ativos inspecionados pelo auditor.
- 140 A eficácia operacional dos controles sobre informações não contábeis pode ser testada juntamente com outros testes de controle; quando tais controles são eficazes, o auditor geralmente tem segurança maior na confiabilidade das informações.
- 141 A asseguuração da auditoria do balanço patrimonial não permite distorções; assim, o auditor não pode estabelecer um valor abaixo do qual as distorções de valores de demonstração contábil seriam consideradas triviais e aceitáveis.

A tabela a seguir apresenta a transcrição do razonete de conta caixa de uma empresa, cujos registros contábeis de receita somente são realizados após a emissão de cupom fiscal.

caixa	
3.500	1.500
	2.400
	1.700
3.500	5.600

A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

- 142 Caso a empresa tivesse deixado de registrar duas notas fiscais de venda no valor total de R\$ 5.300 e o recebimento tivesse ocorrido no caixa, o saldo do caixa seria devedor de R\$ 3.200.
- 143 Suponha que a empresa tivesse realizado mais três pagamentos de R\$ 700, cada um com recursos de seu caixa; nesse caso, não foram registradas entradas de caixa de, pelo menos, R\$ 4.200.

Com relação a procedimentos contábeis e seus reflexos no patrimônio, julgue os próximos itens.

- 144 A venda de bens, com o recebimento de todo o valor pactuado com o comprador, mas com a manutenção de sua propriedade pela empresa vendedora, é procedimento operacional comum.
- 145 Ao se realizar a baixa de contas a receber, sem que o numerário seja recebido pela empresa, há uma superestimação do disponível; nesse caso, o numerário inexistente, e o disponível corre o risco de possuir saldo contábil devedor e saldo real credor.
- Tendo em vista que as contas contábeis do passivo circulante devem refletir fidedignamente as obrigações da entidade, julgue os itens a seguir, considerando os procedimentos para a realização de auditoria da apuração do ICMS por contribuinte que aderiu à escrituração fiscal digital (EFD).
- 146 Para a validação do saldo da conta contábil de ICMS a recolher na escrituração contábil digital (ECD), é necessário analisar o registro E116 da EFC-ICMS/IPI, o qual se destina a discriminar os pagamentos realizados (débitos especiais) ou a realizar referentes à apuração do ICMS — operações próprias.
- 147 Para a validação do saldo da conta contábil de ICMS a recolher na escrituração contábil digital (ECD), é necessário analisar o registro E110 da EFC-ICMS/IPI, cujo objetivo é informar os valores relativos à apuração do ICMS referente às operações próprias.
- 148 Para a validação do saldo da conta contábil de ICMS a recolher na escrituração contábil digital (ECD), é necessário analisar o registro G110 da EFC-ICMS/IPI, que tem por objetivo prestar informações sobre os créditos de ICMS do ativo permanente — CIAP.
- 149 Para a validação do saldo da conta contábil de ICMS a recolher na escrituração contábil digital (ECD), é necessário analisar o registro H010 da EFC-ICMS/IPI, o qual se destina a discriminar os itens existentes no estoque.
- 150 A validação eletrônica do saldo da conta contábil de ICMS a recolher na escrituração contábil digital (ECD), com a EFC-ICMS/IPI, no processo de auditoria, dispensa a verificação dos comprovantes de pagamento do ICMS.

Em uma operação de contribuinte para contribuinte no estado de Alagoas, foi emitida uma nota fiscal eletrônica de venda de uma mercadoria sujeita à modalidade de substituição tributária (ST) por operações posteriores. Na nota fiscal, constavam as informações a seguir.

- preço da mercadoria: R\$ 50.000,00
- IPI: R\$ 5.000,00
- frete e seguro: R\$ 1.000,00
- desconto incondicional: R\$ 500,00
- alíquota interna: 18%

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, considerando que a margem de valor agregado (MVA) seja de 50%.

- 151 A base de cálculo do ICMS normal da operação destacado na nota fiscal é de R\$ 51.000,00, sendo considerados os valores do preço de venda da mercadoria, do frete e do seguro.
- 152 A base de cálculo do ICMS ST, antes da aplicação da margem de valor agregado, é de R\$ 55.500,00, sendo considerados o preço de venda da mercadoria e os valores do frete e do seguro.
- 153 O ICMS ST total dessa operação é de R\$ 13.770,00.
- 154 O ICMS ST destacado na nota fiscal é de R\$ 6.030,00, o qual deve ser acrescentado ao valor da mercadoria e cobrado do cliente.
- 155 A base de cálculo do ICMS ST, após a aplicação da margem de valor agregado, é de R\$ 84.000,00.

Durante um procedimento de auditoria tributária, o auditor fiscal identificou uma operação em que a venda de determinada mercadoria fora realizada a um não contribuinte residente em outro estado da Federação, tendo a entrega do produto ocorrido na mesma data da venda, conforme atestado pelo cliente.

Considerando o regime de competência para a contabilização de receitas e despesas e a legislação pertinente à operação da referida situação, julgue os itens subsecutivos.

- 156 Nessa situação, a contabilização da receita deve ser a débito de clientes e a crédito de receita diferida.
- 157 A contabilização correta do ICMS a ser destacado na nota fiscal, nesse caso, deve ser realizada a débito de ICMS sobre vendas e a crédito de ICMS a recolher.
- 158 Nesse caso, o valor da diferença entre a alíquota interestadual utilizada na emissão da nota fiscal e a alíquota interna do estado de origem do cliente deve ser registrado a débito de ICMS sobre vendas e a crédito de ICMS a recolher — a ausência desse registro implicaria uma subavaliação do passivo circulante.
- 159 Suponha que o registro do custo da mercadoria vendida tenha sido realizado a débito da conta contábil de custo da mercadoria vendida e a crédito de estoques de mercadorias pelo valor obtido, utilizando-se o método UEPS na ficha de controle de estoques. Nesse caso, o auditor fiscal responsável por auditar tal registro deverá considerar que o registro do custo da mercadoria vendida está correto.
- 160 Considere que não tenha sido registrada a compensação do ICMS a recuperar referente à mercadoria vendida quando do reconhecimento da receita oriunda de sua venda, bem como do seu respectivo custo. Nesse caso, o auditor fiscal deverá considerar que a conta de ICMS sobre vendas, redutora da receita, ficou com saldo superavaliado.

Espaço livre